



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.
Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social.

CORRELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E QUESTÃO SOCIAL: A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA FRENTE A ESSA CONJUNTURA

JÉSSICA LINE DE LIMA¹

RESUMO: Este artigo debate acerca da correlação entre violência estrutural e questão social imperativas no Brasil e seus impactos na vida dos sujeitos em situação de desigualdade social. Considera elementos como raça e gênero, tendo como objeto de estudo, mulheres negras num contexto de violências sofridas. Reflete acerca dos rebatimentos dessas problemáticas na realidade dessas mulheres, sobretudo as que vivem em situação de pobreza. Objetiva coletar dados e informações acerca das várias formas de violações de direitos dessas mulheres, apresentar os processos históricos que as situaram na posição de minoria social e debater formas de intervenção frente a esta questão.

Palavras-Chaves: Violência Estrutural; Questão Social; Mulheres Negras.

Resumen: Este artículo debate acerca de la correlación entre violencia estructural y cuestión social imperativas en Brasil y sus impactos en la vida de los sujetos en situación de desigualdad social. Considera elementos como raza y género, teniendo como objeto de estudio, mujeres negras en un contexto de violencias sufridas. Refleja acerca de los rebatimentos de esas problemáticas en la realidad de esas mujeres, sobre todo las que viven en situación de pobreza. Objetiva recolectar datos e informaciones acerca de las varias formas de violaciones de derechos de esas mujeres, presentar los procesos históricos que las situaron en la posición de minoría social y debatir formas de intervención frente a esta cuestión.

Palabras claves: Violencia Estructural; Cuestión Social; Mujeres Negras.

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca da questão social é frequente na academia, no entanto, no serviço social, pouco se debate a respeito da violência estrutural e seus efeitos na vida das pessoas. Segundo Iamamoto *apud* Closs (2015), questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade

¹ Estudante de Pós-Graduação. Centro Universitário Unihorizontes. E-mail: <liinejessica@gmail.com>.

capitalista, impensáveis sem a intermediação do Estado e conforme afirma Minayo *apud* Almeida e Coelho (2008), violência estrutural é definida como a violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos sujeitos.

No que se refere a esses sujeitos, existem aqueles que se encontram mais vulneráveis diante de tais adversidades, seja pela classe social, raça ou gênero. Levando em consideração estes elementos, pode-se presumir que mulheres negras constituem este grupo, que se encontra na base da hierarquia social.

Perante o exposto, o presente artigo pretende dissertar acerca do seguinte tema: “Correlação entre violência estrutural e questão social: a situação da mulher negra frente a essa conjuntura”. O recorte de classe social se faz essencial neste debate, visto que, alguns grupos sociais são diretamente afetados por diversas opressões em razão da pobreza e da desigualdade social, as quais estão submetidos. As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, influenciando conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências².

Posto isso a pesquisa pretende responder a seguinte questão: a pobreza, por si só, possui peso significativo nas ocorrências e incidências de violência contra a mulher ou representa mais um elemento importante, assim como, a raça/etnia, o gênero, entre outros? Presume-se que, sobreviver em situação de pobreza é sim um fator determinante para estar sujeito às situações de violência, mas é necessário também considerar outros elementos no que tange a violência e suas diversas expressões. Pode-se afirmar que no Brasil, basta ser mulher, negra e pobre para estar vulnerável à violência, seja ela qual for.

O artigo possui como objetivo geral, compreender de fato os rebatimentos das formas de violência estrutural na vida de mulheres negras. E como objetivos

² Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil/ organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes [et al.]. - Brasília: IPEA, 2013. 160 p.: gráfs., tabs.

específicos; discutir a concepção de violência estrutural e questão social imperativas no Brasil; caracterizar os processos que situaram a mulher negra na posição de minoria social, visualizando as situações as quais esse grupo social está exposto e identificar as principais formas de violações de direitos a que esse grupo está suscetível, bem como possibilidades de enfrentamento e intervenção frente a esta problemática.

Dentro do espaço acadêmico há pouco debate acerca da concepção de violência estrutural, no entanto ela e suas interfaces estão mais presentes no cotidiano das pessoas do que se imagina. Este espaço possui extrema relevância no que tange a possibilidade de se construir um pensamento crítico-reflexivo sobre determinadas questões. E tendo em vista que as expressões da questão social constituem o objeto de atuação da categoria do serviço social, acredita-se que este trabalho contribuirá não somente com arcabouços teóricos, mas também possibilitará a reflexão, principalmente a respeito da figura da mulher negra e dos obstáculos enfrentados por ela.

No âmbito pessoal, a construção da pesquisa, propriamente dita, permitirá reflexões sobre a figura da mulher negra no Brasil e o que ela simboliza para a sociedade, permitirá também, a construção de ainda mais empatia e respeito por aquelas mulheres que não conseguiram quebrar as barreiras impostas pelo sistema, reproduzindo assim papéis que foram condicionados às nossas antepassadas. No âmbito social, este debate se faz importante ao passo que, permitirá uma maior compreensão da realidade vivenciada por mulheres negras e pobres e de como a violência estrutural atinge desproporcionalmente esta população, tendo em vista que, este é um problema de caráter público e social, mas que apesar disso segue invisível aos olhos da sociedade.

A elaboração desta pesquisa deu-se a partir de levantamentos teóricos, por meio de livros, artigos científicos, sites e periódicos virtuais, tendo como foco a violência estrutural, a questão social e o cenário de violações de direitos de mulheres negras. A metodologia utilizada no presente trabalho foi de caráter descritivo e qualitativo, além disso, foi realizada pesquisa de campo na Associação Dona de Leite, situada em Belo Horizonte/MG.

No primeiro capítulo do trabalho, procurou-se definir e analisar o termo “violência” de forma ampla e sob mais de um ponto de vista, posteriormente, definiu-se os conceitos e manifestações da violência estrutural; no segundo capítulo, dissertou-se sobre a questão social no Brasil, suas expressões e efeitos na vida cotidiana da população, por fim, no terceiro capítulo colocou-se em evidência a realidade de mulheres negras no Brasil, utilizando-se de estatísticas e relatos colhidos em pesquisa de campo, além de apresentar possibilidades de enfrentamento e intervenção frente a esta questão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A discussão da violência e seus rebatimentos para a construção do conceito de violência estrutural

A violência não é um fenômeno contemporâneo, é conhecida a existência de práticas violentas desde a antiguidade, contudo, a sociedade segue reconhecendo a dimensão deste, enquanto um grave problema social pelas sérias consequências que carrega. Dessa forma, se faz importante a compreensão do termo e das complexidades que o mesmo abarca.

Violência é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como:

Uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (Organização Mundial da Saúde – OMS, 2002).

De acordo com Hayek (2009), a violência é considerada um fenômeno biopsicossocial cuja complexidade emerge na vida em sociedade, sendo que esta noção de violência não faz parte da natureza humana, assim, sendo necessário considerar as interfaces das questões sociais, morais, econômicas e psicológicas.

Na perspectiva de Minayo e Souza (1998), levando em consideração o que ocorre na prática, a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes e nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam

sua integridade física, moral, mental e espiritual. Essas concepções são essenciais ao passo que, auxiliam no processo de entendimento e estudo das complexidades que englobam o conceito explorado e suas diversas interfaces.

Conforme afirmação de Minayo e Souza (1998) *apud* Neto e Moreira (1999), toda reflexão teórico-metodológica acerca da violência, implica no reconhecimento de sua complexidade e multiplicidade de sentidos. Fazendo-se importante compreender que ao ser praticada por instituições, sejam elas quais forem, grupos e indivíduos, ela pode se manifestar de inúmeras maneiras. Deste modo, torna-se essencial fazer considerações acerca da forma de violência que será abordada no presente artigo e reconhecendo que embora esta seja uma forma de violência muito presente no cotidiano da população, não é uma problemática tão presente no debate social.

Neto e Moreira (1999) reiteram que, compreender a violência estrutural no contexto social significa elucidar a partir dessa discussão, as estratégias utilizadas pelo Estado em seus diferentes níveis a fim de restringir de grande parte da população o acesso a serviços e direitos básicos responsáveis por garantir uma vida digna tendo como consequência um extenso cenário de exclusão social.

Em uma análise mais profunda, Minayo *apud* Almeida e Coelho (2008, p. 4) aponta que, violência estrutural é definida como, “a violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos”. Conforme Boulding *apud* Minayo (1994), essas estruturas influenciam profundamente as práticas de socialização, levando os indivíduos a aceitar ou a causar sofrimento, segundo o papel que lhes corresponda.

De acordo com ponto de vista de Neto e Moreira (1999), entende-se que o cerne da violência estrutural é exatamente uma sociedade aparentemente democrática, que apesar de ter positivada a participação, liberdade e igualdade entre os cidadãos, não as efetiva na vida real desses sujeitos, voltando sua atenção aos interesses de uma minoria privilegiada e conseqüentemente, não garantindo o pleno acesso a seus direitos garantidos por meio da lei. O resultado desta dinâmica de violência, ainda segundo os autores é a queda da qualidade de

serviços públicos, se tornando incapazes de suprir as necessidades e prestar apoio a quem de fato necessita.

De acordo com Silva *et al.* (2018), violência estrutural está intrinsecamente ligada às ineficiências do Estado. Conforme a fala dos autores, é o que acarreta em desigualdades econômicas, a exclusão e a vulnerabilidade social, refletindo em decisões políticas que levam ao empobrecimento coletivo e à precariedade de políticas públicas em setores como habitação, saúde, alimentação, saneamento básico, entre outros.

Sabe-se que estes fenômenos se materializam cotidianamente na vida dos sujeitos, sobretudo daqueles que de alguma forma apresentam-se mais vulneráveis. De acordo com Werneck e Iraci (2016), mulheres negras são 64% das mulheres vítimas de assassinatos no Brasil, são também 62% das vítimas de mortes maternas, representam o principal grupo em situação de desemprego e pobreza, em todas as regiões do país, entre outras mazelas.

2.1.1. As expressões da questão social e sua correlação com a violência estrutural

O serviço social tem na questão social e em suas múltiplas expressões seu objeto de atuação profissional. Conforme afirma Iamamoto (2015, p. 28) “os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, etc.” Posto isso, para elucidação:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2015, p.27).

De acordo com Santos (2008), o termo “questão social” surgiu no século XIX para denominar os fenômenos decorrentes do processo de pauperização da classe trabalhadora diante dos mecanismos inerentes ao capitalismo. Pode-se compreender que é diante desta relação antagônica entre o capitalismo e a classe

trabalhadora que surgem as desigualdades sociais e, conseqüentemente, a questão social. Segundo Ianni (1989), existem processos considerados estruturais que estão na base dessas desigualdades que constituem a questão social, dentre eles podem ser citados, o desenvolvimento intensivo e extensivo dos trabalhadores do campo e da cidade, provocando os mais diversos movimentos desses trabalhadores e suas famílias; as crescentes diversidades sociais, sempre acompanhadas de desigualdades; a industrialização e urbanização expandidas de modo contínuo, entre outras.

Iamamoto (2013), afirma que a “questão social” acumula múltiplas desigualdades entrepostas por disparidades nas relações de gênero, étnico-raciais, religiosas, políticas, relações com o meio ambiente, entre outras. Neste sentido, reitera Ianni (1992):

Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção contraposta a apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992 *apud* IAMAMOTO, 2013, p. 330).

Ianni (1991) *apud* Silva (2013) apresenta uma análise histórico-social sobre o processo de formação da questão social no Brasil e alega que está se configura como resultado de inúmeras crises econômicas inerentes ao sistema capitalista e, conseqüentemente, gera, desde o regime escravista, conflitos de cunho social no campo e na cidade. Silva (2013) diante desta análise, afirma que a questão social no Brasil sempre esteve no centro das lutas de classes, tendo a priori, caráter elitista, mas por meio da participação das massas, estas lutas buscavam dar voz a todos os sujeitos.

Fala-se em lutas de classes, pois estas são indissociáveis da discussão acerca do modo de produção capitalista, apropriação privada dos meios de produção e seus rebatimentos na vida da classe trabalhadora. Diversas obras de caráter marxista norteiam esta discussão. Netto (2001) *apud* Santos (2012) adverte acerca dos desdobramentos do período de lutas de classe na França de 1848 e afirma que este fato explicita as nuances da questão social como consequência da exploração de mão de obra humana pelo capital.

Como reitera Santos (2012), a formação sócio histórica do país é imprescindível para apresentar os diversos modos de produção, seus antagonismos e como um deles tende a caracterizar-se como dominante. O Brasil, ainda de acordo com a perspectiva da autora anteriormente citada, sofreu consequências resultantes dos períodos colonial e monárquico. Apesar do expansivo crescimento econômico devido à exportação de açúcar e café, investimentos em vias de transporte, principalmente, o ferroviário e bancos, houve também o desenvolvimento das manufaturas “facilitado com o fim do tráfico escravo e a elevada disponibilidade de mão de obra barata nos centros urbanos [...]”, ressalta Santos (2012, p.65).

É importante destacar como o regime escravista bem como o período pós-abolição foram determinantes na construção social e econômica do Estado brasileiro e conseqüentemente dos cidadãos pertencentes a ele. Sobre isso, disserta Prado Júnior *apud* Santos, (2012, p. 65):

A população marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela lavoura trabalhada por escravos. A população livre, mas pobre, não encontra lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio “senhor e escravo”. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam no caos extremo nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição. [...] E será esta a origem do proletariado industrial brasileiro, o que explicará, no futuro, muito de suas características e evolução (PRADO JÚNIOR *apud* SANTOS, 2012 p. 65).

Por meio de tal fala, é possível ter justificado grande parte dos problemas sociais a que grupos e indivíduos são acometidos cotidianamente. É possível também, compreender, ainda que minimamente, a “questão social”, suas inúmeras expressões e como estas atingem de maneira violenta determinados sujeitos, colocando-os em situação de marginalização e exclusão social.

Conforme aponta Santos (2008, p. 27), no serviço social utiliza-se de certo cuidado ao tratar-se da questão social, no sentido de não a atribuir a um viés de concretude, para que se faça ser compreendida enquanto um conceito “cuja natureza é reflexiva, intelectual [..]”. Este conceito abarca expressões que se materializam e concretizam na realidade social e vida cotidiana dos sujeitos, sobretudo daqueles em vivem em situação de exclusão social. Para Iamamoto (2001) *apud* Santos (2008), a questão social é parte constitutiva das relações sociais na sociedade capitalista, sendo assim é compreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais inerentes a ela.

Ao refletir acerca destas desigualdades que abarcam todo o contexto da “questão social” e em especial no território brasileiro contemporâneo, é possível visualizar diversas formas de manifestação do conceito em questão, dentre elas, o desemprego em massa; diversas formas de violência; pessoas em situação de rua, entre outras, obviamente, tendo sua existência fundada pelo modo de produção capitalista.

Para Santos (2006), a violência estrutural está na base da formação de outras formas particulares e derivadas de violência, dessa forma constituindo um estado de violência central original. Para o autor, a violência estrutural, nos tempos de globalização, resulta da existência da manifestação conjunta do dinheiro e da competitividade, aspectos inerentes ao sistema capitalista. Posto isso, fundamentando-se no conteúdo apresentado até aqui, é possível compreender que a correlação entre a violência estrutural e a “questão social” ocorre a partir do momento em que a gênese e as consequências de cada problemática se transpassam e produzem efeitos similares na vida dos sujeitos, principalmente, daqueles que historicamente possuem desvantagens em relação aos outros.

2.1.2 A realidade da mulher negra durante o período escravista e o cenário contemporâneo do Brasil pós-emancipação

A violência estrutural e a questão social em suas incontáveis manifestações, atingem principalmente sujeitos em condição de desigualdade social e a partir de uma perspectiva de gênero e raça, pode-se compreender a mulher negra enquanto sujeito mais vulnerável a tal realidade. O debate acerca da subjetividade de mulheres negras se faz cada vez mais importante. Conforme Foucault *apud* Oliveira, Meneghel e Bernardes (2009), a hierarquização de raças feita pelo Estado constitui um mecanismo de distinção entre aqueles que devem viver ou morrer.

Segundo Davis (1982), durante o regime escravista, pessoas negras eram definidas como bens móveis, sendo que mulheres negras e homens negros eram vistos igualmente como unidades rentáveis de trabalho, ou seja, não existia distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na mesma linha, Silva (2010), afirma que, o regime escravista foi estruturado de forma bastante rígida onde cada indivíduo ocupava um lugar a ele determinado, ressaltando que, o que determinava este lugar era sua condição enquanto sujeito e a cor da pele era determinante para estabelecer tal hierarquia. Assim:

Inseridos nesse contexto estão às mulheres negras escravas, que sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também escrava. Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis à exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos (GIACOMINI *apud* SILVA, 2010, p. 3).

Conforme argumenta Davis (1982), durante este processo, para a grande maioria das mulheres e homens escravizados, era árduo o trabalho no campo que se iniciava ao amanhecer e findava-se tarde da noite. A exploração destes era considerada, principalmente, pelo viés da força e produtividade estimuladas por tratamentos baseados na ameaça, humilhação e açoitamento. Ainda de acordo com a autora, esta era uma forma de tratamento direcionada tanto aos homens quanto às mulheres.

Ela ainda pondera que as mulheres sofriam de maneiras diferentes, porque além da exploração, humilhação e castigos físicos, essas mesmas mulheres eram vítimas de violência sexual e a uma série de abusos e violações a que o gênero

feminino é submetido. Ou seja, quando conveniente aos senhores de escravos, mulheres negras eram vistas somente como objetos rentáveis e postas em regime de paridade junto aos homens, porém quando se fazia favorável, seus corpos eram objetos de manutenção dessas relações de poder.

Nesta mesma linha de argumentação, considerando também a perspectiva de gênero, Carneiro (2011) afirma que:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades (CARNEIRO, 2011, p.1).

Faz-se necessário nesta discussão o recorte de gênero, para compreender que apesar da opressão, historicamente, mulheres e homens negros sofreram de maneiras diferentes. Trazendo para os dias atuais, é necessário considerar além do gênero, elementos como raça e classe social. De acordo com Tokita (2013), entende-se que à grande parte das mulheres negras, cabem três não lugares sociais: ser mulher, ser negra e ser pobre.

Nas palavras de Gonzalez (2008) *apud* Tokita (2013), às mulheres negras cabem funções manuais, ocorrendo tanto nas áreas urbanas, quanto nas rurais. Os trabalhos que lhes são ofertados, em sua maioria, são de prestação de serviços, como trabalhadoras domésticas, sendo uma ressignificação da figura das mucamas. A autora ainda reitera que ao imaginar-se um perfil de mulher negra na contemporaneidade, não é difícil observar que este grupo começa a trabalhar muito precocemente, são em sua maioria trabalhadoras rurais, migrantes, mulheres que desde os oito ou nove anos exercem inúmeras tarefas domésticas e poucas concluíram o ensino fundamental. É possível, em determinadas situações, visualizar que mulheres negras não superaram totalmente com ideais passados. De acordo com Werneck e Iraci (2016), as mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza no país, sendo a maioria também residente das regiões com menor acesso a água encanada, coleta regular de lixo, saneamento básico, etc. Segundo o Instituto de

Pesquisa Aplicada (Ipea, 2013), somente 26.3% das mulheres negras vivem entre os não pobres, enquanto que 52.5% das mulheres brancas e 52.8% dos homens brancos estavam na mesma condição.

Outras informações mostram que 53.6% das famílias chefiadas por mulheres no país são lideradas por mulheres negras (Ipea, 2013), dessas, 63.4% das mulheres negras estão ocupadas no trabalho doméstico (Ipea, 2012)³. Analisando estas e outras estatísticas, é possível visualizar que mulheres negras, principalmente as de baixa renda, têm sido atingidas de forma desproporcional por fenômenos violadores de seus direitos.

Apesar das marcas históricas e difíceis de serem retratadas, é indispensável mencionar que apesar da difícil realidade cotidiana, mulheres negras desde sempre simbolizam força e resistência. Tokita (2013) discorre acerca desta força e afirma que apesar de ter somada a situação do *não lugar*, a pouca escolaridade e a discriminação pela raça e pelo gênero, estas mulheres se sobressaem com uma imensa potência subjetiva. Mulheres que lutam apesar das opressões cotidianas, que constroem diariamente suas histórias e fomentam esforços por outras condições de vida.

Werneck (2008) reconhece que apesar das duras lutas, ainda há muito que se caminhar e resistir, para que o Brasil se torne um país, efetivamente, igualitário e confortável para a existência de todas. Reflete ainda que violações cotidianas de direitos humanos resultam nos piores indicadores de qualidade de vida deste grupo específico. Diante de tal reflexão, compreende-se que a problemática aqui apresentada exige esforço incessante, reconhecimento de sua gravidade e da forma como vem afetando toda uma coletividade, fomento de políticas públicas focalizadas, além de organização por parte da sociedade civil.

3. METODOLOGIA

³ Dados coletados em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e publicados em: Dossiê sobre a situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: Violências e Violações (2016).

A elaboração desta pesquisa se deu a partir de levantamentos teóricos, por meio de livros, artigos científicos, sites e periódicos virtuais, tendo como foco a violência estrutural, a questão social e o cenário de violações de direitos de mulheres negras. A pesquisa de campo foi realizada na Associação Dona de Leite, projeto social que possui sede situada à região nordeste de Belo Horizonte – MG. Os sujeitos desta pesquisa foram mulheres negras, jovens, idosas e mães.

Em linhas gerais, os tipos de pesquisas utilizadas no presente artigo foram de abordagem descritiva, explicativa e qualitativa. De acordo com Gil (2008), pesquisas descritivas têm como objetivo principal o estudo e apresentação de características de um determinado fenômeno ou população. Ainda de acordo com o autor, pesquisas de abordagem explicativas se atentam a principalmente identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos.

Conforme Minayo (2009), a pesquisa qualitativa se ocupa em responder a questões muito particulares, como crenças, valores, símbolos e significados que constituem uma realidade social, algo que não pode ser quantificado. Foi utilizado como elemento norteador da pesquisa, uma entrevista estruturada a fim de coletar dados e outras informações.

4. ANÁLISE DE DADOS

A partir do problema central e dos objetivos deste artigo, tendo como fundamento as informações obtidas na construção do referencial teórico, foi realizada pesquisa de campo de caráter qualitativo. Seus principais objetivos foram analisar se a pobreza em seu sentido amplo é a única responsável pelas incidências de violência estrutural na vida de mulheres negras e quais ações estão sendo executadas a fim de fomentar mudanças efetivas neste cenário.

Para melhor compreensão dos objetivos citados acima, buscou-se traçar o perfil étnico e socioeconômico das mulheres atendidas, descrever minimamente a composição familiar das mesmas, caracterizar suas principais demandas, além de especificar quais as intervenções vêm sendo feitas, buscando formas de minimizar os efeitos da questão social e violência estrutural na vida destas mulheres. A

pesquisa de campo foi realizada na data de 10/05/2018, na Associação Dona de Leite, instituição situada na região nordeste do município de Belo Horizonte. A entrevista foi feita com 24 mulheres frequentadoras do projeto.

A Associação Dona de Leite consiste em um projeto voluntário que tem como demanda imediata o auxílio à complementação alimentar de crianças de 0 a 7 anos de idade, por meio da doação de leite em pó. Contudo, percebe-se a necessidade de se trabalhar com as famílias atendidas de forma expandida e mais efetiva, assim o trabalho do projeto ultrapassa a demanda da alimentação e atua sob a perspectiva de emancipação e autonomia destas famílias quanto ao acesso a direitos sociais básicos e serviços públicos. Desta forma, é possível viabilizar a este público uma melhoria da qualidade de vida e o rompimento com o ciclo da pobreza. Atualmente o projeto atua em quatro territórios, no entanto a pesquisa foi realizada baseando-se em apenas dois deles.

Conforme dados coletados, no que tange a auto declaração de raça/cor de pele, destas, vinte (20) se autodeclararam pardas, quatro (4) pretas e nenhuma se autodeclara como branca. Já em relação ao perfil socioeconômico, a média de renda familiar destas mulheres consiste em R\$ 352,09 mensais, sendo que grande parte trabalha de maneira informal ou está desempregada e sobrevivendo com o auxílio do benefício socioassistencial do Programa Bolsa Família. Neste quesito não foram contabilizados dados não especificados de três (3) mulheres atendidas.

Conforme registrado em pesquisa, o nível de escolaridade da maioria das mulheres atendidas pelo projeto corresponde ao ensino fundamental incompleto, seguido do médio completo e médio incompleto. No que se refere à composição familiar das mulheres atendidas pelo projeto, foi possível constatar que as famílias são monoparentais femininas. Uma pequena parcela reside também com irmãos, sobrinhos e/ou netos. É importante se fazer algumas considerações sobre o principal modelo de família aqui constatado. De acordo com Hintz (2001), neste modelo familiar, onde os filhos são criados apenas pelos pais ou pelas mães é chamado família monoparental.

Ainda segundo a autora, nesta estrutura familiar encontra-se um número maior de famílias formadas por mães e filhos e/ou filhas, tanto separadas quanto

solteiras. Além disso, estas famílias podem enfrentar algumas questões específicas, justamente pelo fato de apenas um progenitor ser responsável por todas as demandas e necessidades da família.

Analisou-se também o número de mulheres consideradas única e exclusivamente responsáveis por suas famílias e quantas possuem o privilégio de dividir esta responsabilidade com os companheiros e/ou companheiras. Diante disso, constatou-se que dezessete (17) mulheres são consideradas responsáveis por seus familiares e apenas cinco (5) dividem esta responsabilidade com seus companheiros(as). De acordo com o Ipea (2011), o crescimento de famílias chefiadas por mulheres, consiste em um fenômeno tipicamente urbano. Sobre isso o instituto aponta que, são observadas situações de maior vulnerabilidade em lares chefiados por mulheres, especialmente por mulheres negras.

Foi pesquisado também quais as principais demandas e incidências de violações de direitos básicos na vida destas mulheres, onde ficou evidenciado que constituem estas principais demandas, o acesso precarizado à educação; à alimentação saudável e de qualidade; saneamento básico e ausência de infraestrutura básica. Reafirmando o que foi constatado neste quesito, Neto e Moreira (1999) ressaltam que em um Estado os governantes articulam as políticas públicas para atender os interesses do capital, a destinação de verba para as necessidades básicas da população fica prejudicada.

Buscou-se também compreender quais formas de reduzir os efeitos da violência estrutural e expressões da questão social na vida destas mulheres, estão sendo efetivadas pela Associação Dona de Leite. Foi constatado que o projeto realiza oficinas e palestras de empreendedorismo com o apoio de uma profissional na área. Estas atividades são voltadas exclusivamente às mães interessadas em construir seu próprio negócio e conseqüentemente, garantir sua autonomia financeira. Além destas atividades, o setor de serviço social do projeto, criou recentemente, um grupo reflexivo de mulheres onde se discute questões relacionadas à vivência da mulher periférica em sociedade, as várias formas de violência doméstica, seu ciclo e formas de rompê-lo. É abordado também, questões como trabalho, maternidade, família, autoestima, entre outras.

É importante ressaltar que todo este trabalho contribui para o processo de emancipação, independência e empoderamento das mulheres atendidas e suas famílias, mas não basta uma vez que a violência estrutural requer macro investimentos na sociedade. Assim observa-se que, ações que possuem o intuito de reverter, ainda que minimamente, este cenário, tem sido efetivadas por parte da sociedade civil e o mais importante, nota-se a preocupação em abrir espaço para que estas mulheres sejam capazes de nortear essas mudanças.

Retomando o problema central desta pesquisa, bem como sua hipótese, percebe-se, por meio dos dados coletados, que ocorre a confirmação da mesma. Não é difícil concluir que a pobreza, como fator unitário, não pode ser responsabilizada pelas ocorrências de violência estrutural, visto que existe uma parcela majoritária da sociedade sendo atingida diretamente por este fenômeno. Parcela esta composta por mulheres negras, em sua maioria, pobres. Assim, fica evidenciada a existência de um problema de cunho social e principalmente, estrutural que requer consideração não somente de recorte de classe social, mas também de raça/etnia e gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção desta pesquisa, diversos aspectos históricos descritos aqui responderam ao seu problema central já trabalhado anteriormente. Mulheres negras estão à frente de famílias monoparentais; possuem os mais baixos níveis de escolaridade; são as mães que perdem, cotidianamente, seus filhos para a violência; apresentam as maiores taxas de desemprego; compõem, majoritariamente, a população carcerária feminina; são as principais vítimas de violência doméstica e morte maternal. E isto se mostra bastante significativo se analisarmos o contexto em que vivem estas mulheres e como este fato está conectado a um ciclo que segue sendo reproduzido e utilizado como ferramenta de violação de direitos pelo próprio Estado.

É importante reforçar que para que este ciclo se rompa de forma definitiva, é necessário primeiro que o problema seja reconhecido não como algo individual.

É preciso interpretá-lo como uma demanda coletiva e que como tal, possui efeitos que atingem toda uma sociedade. O reconhecimento e criação de políticas públicas pautadas por um recorte de raça/etnia, gênero e classe social são demandas urgentes.

Mulheres negras representam um grande contingente na sociedade, sendo assim, suas reivindicações para que direitos básicos se efetivem gira em torno de todo um debate político. Seu protagonismo se expressa no âmbito da luta e resistência, no entanto, esta é uma bandeira a ser levantada de forma coletiva, sobretudo, por aqueles que escolheram enfrentar cotidianamente um sistema que oprime, reduz e invisibiliza a existência dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. N. K.; COELHO, M. T. A. D. A violência estrutural. In: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PRODUÇÃO ACADÊMICA, [S.l.], v. 11, p. 1-11, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.467 de 13 de junho de 2017. Altera a Consolidação das Leis Trabalhistas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/neabi/?page_id=137> Acesso em: 21 mar. 2018.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. A Concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciênc. Saúde coletiva [online]**, v. 4, n.1, p. 33-52, 1999.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. Grã Bretanha: Plataforma Gueto, 2013. Tradução de: The Women's Press, Ltda.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais (RBHCS)**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, jul. 2009.

IANNI, O. A Questão Social. **Revista USP**, São Paulo, 145 ed., 1989.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

IPEA. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, 2013.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Públ, 1994.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e saúde [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p. (Temas em Saúde collection).

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **Hist. cienc. Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 513-531, nov. 1997.

OLIVEIRA, M. L. P. de; MENEGHEL, S. N e BERNARDES, J. de S. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicol. Soc. [online]**, v..21, n.2, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde**. Genebra, 2002. Disponível em: <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2018.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 217 p.

SANTOS, J. V. T. A violência como dispositivo de excesso de poder. **Soc. estado**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 281-298, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, G. S da. et al. Fundo Público e a Usurpação dos Direitos do Trabalho na Atualidade. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 623-640, 2017.

SILVA, L. F; FREIRE, J. L.; PRADO, L. M do. Cidadania e Violência estrutural. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, n. 17, p. 94-103, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/view/348/470>> . Acesso em: 5 mar. 2018.

SILVA, M. da P. Mulheres Negras: sua participação histórica na sociedade escravista. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

TOKITA, M. F. Mulheres Negras. Feminismos, sexualidades e marxismos na América Latina. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2013. **Anais...** [S.l.], 2013.

WERNECK, J.; IRACI, N. **Dossiê sobre a situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações**. [S.l.]: Geledés, Instituto da mulher negra, 2016.